



Balanco patrimonial		2020	2019
Ativo/Circulante		25.927	14.749
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)		9.370	2.911
Contas a receber de clientes (Nota 8)		15.632	10.782
Empréstimos a recuperar (Nota 9)		376	495
Estoque		9	83
Demaís contas a receber (Nota 9)		540	478
Não circulante		16.944	16.702
Impostos a recuperar (Nota 10)		189	321
Demaís contas a receber (Nota 9)		7.223	307
Arrendamento mercantil (Nota 11)		2.223	4.936
Imobilizado (Nota 11)		9.533	11.091
Total do ativo		42.871	31.451

Notas explicativas

1. Contexto operacional: A Políviás S.A. Transportes e Serviços ("Companhia") tem entre seus principais objetivos a prestação de serviços com foco nas áreas de transporte e armazenagem, no território nacional e internacional, em diversos setores da economia, tais como: bens de consumo, químicos e agroquímico. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo e filiais em locais estratégicos como: São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, bem como Argentina e Chile, e em escritórios administrativos no Uruguai, Paraguai e Bolívia. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 17/01/2022. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Conversão de moeda:** (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e está sendo apresentada em milhares de reais, que é a sua moeda de apresentação. (b) **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem a caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e o risco insignificante de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros:** **2.4.1 Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31/12/2020, a Companhia não possuía ativos financeiros mensurados ao valor justo. (a) **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber de clientes". **2.4.2 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos das transações financeiras. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos a receber tenham vencido ou tenham sido transferidos, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros classificados como custo amortizado são mensurados usando o método da taxa efetiva de juros. As variações cambiais de itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício. **2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente a eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal das negociações, incluindo a insolvência ou falência da entidade devida. **2.4.4 Impairment de ativos financeiros:** (a) **Ativos mensurados ao custo amortizado:** Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O valor da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros estão deteriorados. **2.5 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros com uma provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa ("CPD" ou impairment). Uma provisão apenas é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. Na prática, o valor justo das contas a receber de clientes não diverge do valor da venda, considerando os prazos médios de recebimento. **2.6 Imobilizados:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão, semibreboque e empilhadeiras - 10 anos • Automóveis - 5 anos • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos • Móveis, utensílios e equipamentos - 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais" na demonstração do resultado. **2.7 Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por impairment na data do balanço. Para o exercício findo em 31/12/2020 não foram identificados indicativos de impairment. **2.8 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo e financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Nesse caso, os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo não circulante. **2.9 Fomecedores:** As contas a pagar aos

Balanco patrimonial		2020	2019
Passivo e patrimônio líquido/Circulante		12.910	8.076
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)		5.512	3.357
Fornecedores (Nota 13)		2.010	1.810
Salários e encargos (Notas 14)		965	861
Impostos a recolher e obrigações sociais		64	60
IR e CS a pagar		2.219	695
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 22)		1.994	1.147
Demaís contas a pagar (Nota 13)		147	146
Não circulante		7.508	7.304
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)		1.465	2.609
Provisões para contingências (Nota 15)		410	675
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 22)		5.633	4.020
Patrimônio líquido (Nota 16)		22.453	16.071
Capital social		4.800	4.800
Reservas de lucros		17.653	11.271
Total do passivo e patrimônio líquido		42.871	31.451

fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, o valor justo das contas a pagar a fornecedores não diverge do valor das compras, considerando os prazos médios de pagamento. **2.10 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada a qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.11 Capital social:** O capital da Companhia, totalmente integralizado, é de R\$ 4.800, representado por 480.000 ações nominativas com valor unitário de R\$ 10,00 (dez reais), divididas em duas classes de ações: (a) 240.000 ações ordinárias nominativas e (b) 240.000 ações preferenciais nominativas, as quais dão preferência aos acionistas no momento do pagamento de dividendos. **2.12 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos sobre vendas, de devoluções, de abatimentos e de descontos. Geralmente, o montante de receitas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. (a) **Receita de serviços:** A receita é reconhecida no início da prestação de serviço. O valor da receita é apropriado nas contas contábeis com base no progresso do trabalho. (b) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. **2.13 IR e CS:** As despesas de IR e CS do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de IR ("IRPJ") e a CS ("CSLL") corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável da margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores das despesas de pagamento às autoridades fiscais. O IR e a CS diferidos passivos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. **2.14 Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2). Os arrendamentos são constituídos por imóveis de terceiros e possuem prazos de 60 meses com a taxa percentual de 8% a.a. **2.15 ICPZ 22 - incertezas em relação a tratamentos tributários:** Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto sobre a renda e CS sobre o Lucro líquido. De acordo com a interpretação, as empresas devem reconhecer o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Esta interpretação está em vigor, desde 1/01/2019 e não foram identificados impactos relevantes referentes à referida interpretação que não vinham sendo divulgados nas demonstrações financeiras da Companhia. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. (a) **Vidas úteis de ativos imobilizados:** Os ativos imobilizados são depreciados durante a vida útil. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração em relação ao período em que os ativos geram receitas e é periodicamente revista para adequação contábil. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os novos valores são apropriados ao resultado do exercício conforme as novas estimativas. Mais detalhes, incluindo valores contábeis, estão apresentados na Nota 11. (b) **Provisão para contingências:** A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas, sendo as provisões para demandas judiciais constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável. Essa análise de probabilidade é realizada pela Companhia com o auxílio dos assessores legais externos. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência existente, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e os valores envolvidos (Nota 15). **4. Gestão de capital:** Condição com as empresas do segmento, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem e encontra-se mencionada na Nota 12. A Companhia utiliza o percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. **2020 2019**
Total dos empréstimos e financiamentos 6.977 5.966
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7) (9.370) (2.911)
Dívida líquida (2.393) -3.055
Total do patrimônio líquido 22.453 16.071
Total do capital 20.060 19.126
Índice de alavancagem financeira % (11,93) -19,97

5. Gestão de risco financeiro: A forma de identificação e condução dos riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. A administração da Companhia é responsável pela gestão de riscos garantindo que todos os riscos financeiros sejam identificados, avaliados e gerenciados de forma apropriada. A Companhia não participa de quaisquer negociações de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia está exposta a risco de mercado, de câmbio, de crédito e de liquidez. (a) **Risco de mercado: Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** O risco de taxa de juros decorre da captação de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. As taxas de juros sobre estes empréstimos e financiamentos encontram-se mencionadas na Nota 12. A Companhia está exposta a risco de oscilação das taxas de juros quando ocorre um descaimento entre as taxas de juros praticadas pela Companhia e as taxas de juros de mercado. Em 31/12/2020, parte substancial do endividamento total da Companhia denominado em reais e sujeito à flutuação de taxas como a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). O aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos seus empréstimos e financiamentos, resultando em um impacto significativo nas demonstrações financeiras e resultados operacionais. (b) **Risco com taxa de câmbio:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominiais faturados. Em 31/12/2020, a Companhia possuía conta a receber em moeda estrangeira no montante de R\$14.850 (R\$ 9.321 em 2019) além de saldos de câmbio a liquidar no montante de R\$ 1.803 (R\$ 237 em 2019). (c) **Risco de crédito:** O risco de crédito refere-se, principalmente, às disponibilidades e as contas a receber da Companhia. Para minimizar seus riscos, a Companhia realiza transações com bancos de primeira linha e clientes de grande porte para os quais são realizadas análises periódicas de limites de crédito. (d) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez representa a possibilidade de descaimento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade da Companhia em cumprir com suas obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia vem utilizando de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras para obter recursos obtidos com sócios para garantir o cumprimento de suas obrigações, presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. **6. Instrumentos financeiros por categoria:**

Ativos, conforme balanço patrimonial	Custo amortizado
Caixa e equivalente de caixa (Nota 7)	9.370
Contas a receber de clientes (Nota 8)	15.632
Total em 31/12/2020	25.002
Custo amortizado	
Caixa e equivalente de caixa (Nota 7)	2.911
Contas a receber de clientes (Nota 8)	10.782
Total em 31/12/2019	13.693

A Diretoria

As Administradoras e Acionistas: **Políviás S.A. Transportes e Serviços. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Políviás S.A. Transportes e Serviços ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Políviás S.A. Transportes e Serviços em 31/12/2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de

conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante,

CNPJ nº 53.611.828/0001-42

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do resultado		2020	2019
Receita de serviços prestados (Nota 17)		108.827	104.467
Custo dos serviços prestados (Nota 17)		(81.053)	(87.968)
Lucro bruto		27.774	16.499
Despesas gerais e administrativas e comerciais (Nota 18)		(5.996)	(6.617)
Outras receitas operacionais (Nota 24)		4.226	1.257
Lucro operacional		26.004	11.139
Receitas financeiras		1.330	315
Despesas financeiras		(1.925)	(1.509)
Resultado financeiro (Nota 19)		(595)	(1.194)
Lucro antes do IR e da CS		25.409	9.945
IR e CS (Nota 20)		(8.700)	(3.315)
Lucro líquido do exercício		16.709	6.630
Lucro líquido por ação		34.809	13.813

Demonstração do resultado abrangente		2020	2019
Lucro líquido do exercício		16.709	6.630
Total do resultado abrangente do exercício		16.709	6.630

Passivos, conforme balanço patrimonial		Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)		6.977
Fornecedores (Nota 13)		2.010
Arrendamento mercantil (Nota 22)		7.627
Total em 31/12/2020		16.614
Custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)		5.966
Fornecedores (Nota 13)		1.810
Arrendamento mercantil (Nota 22)		5.167
Total em 31/12/2019		12.943

7. Caixa e equivalentes de caixa:		2020	2019
Dinheiro em espécie - Caixa		47	248
Depósitos bancários em conta corrente (a)		7.545	2.646
Câmbio a liquidar (b)		1.803	23
		9.370	2.911

(a) O saldo de depósitos bancários em conta corrente corresponde aos recursos disponíveis em banco com liquidez imediata. (b) As operações de câmbio a liquidar são valores recebidos em moeda estrangeira de clientes no exterior ainda não transferidos para conta corrente bancária. **8. Contas a receber de clientes:**

Contas a receber de clientes nacionais		2020	2019
Contas a receber de clientes nacionais		1.268	1.461
Contas a receber de clientes internacionais		14.850	9.551
Provisão para perda esperada de contas a receber (Nota 8)		(486)	(230)
		15.632	10.782

Análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:		2020	2019
A vencer		13.126	7.875
Vencidos até 30 dias		1.290	1.970
Vencidos até 60 dias		99	165
Vencidos até 90 dias		200	468
Vencidos acima de 90 dias		908	304
		15.632	10.782

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe das contas a receber mencionada acima. A Companhia constitui provisão para perda estimada de contas a receber no montante de R\$ 487. As contas a receber de clientes internacionais estão substancialmente denominadas em dólares norte-americanos.

9. Demaís contas a receber:		2020	2019
Adiantamentos a fornecedores		536	478
Adiantamentos a funcionários		4	-
Bloqueio judicial		307	-
		540	785
Circulante		540	478
Não circulante		-	307
		540	785

10. Impostos a recuperar:		2020	2019
ICMS		406	680
IRPJ e CSLL		-	52
Outros impostos		159	84
		565	816
Circulante		376	495
Não circulante		189	321
		565	816

11. Imobilizado e arrendamento mercantil:		2018	Adições	Depreciação	2019	Adições	Depreciação	2020
Imobilizado		7.232	681	(1.139)	6.714	-	(1.312)	5.402
Caminhão trator		32	9	(7)	34	-	(7)	27
Automóveis		1.528	2.604	(479)	3.653	317	(517)	3.453
Semibreboque		426	-	(63)	363	-	(63)	300
Empilhadeiras		76	3	(10)	69	-	(10)	59
Máquinas e equipamentos		75	2	(13)	64	31	(14)	81
Equipamentos de informática		40	-	(18)	22	-	(8)	14
Equipamentos de rastreamento		38	-	(4)	34	2	(4)	32
Móveis e utensílios		103	20	-	15	-	-	15
Terrenos		103	20	-	123	27	-	150
Outros ativos		9.705	3.319	(1.933)	11.091	377	(1.935)	9.533